

CONSELHO DE ILHA DO FAIAL

Exmo Senhor

Presidente da Comissão Especializada
Permanente de Economia - ALRAA

Rua Marcelino Lima
9900 - 858 HORTA

V/ referência	V/ comunicação de	N/ referência	Data
S/566/2024	30/04/2024	87/2024	24/05/2024

ASSUNTO: Pedido de parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional nº. 2/XIII – “Orientações de Médio Prazo 2024 – 2028” e Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 3/XIII - “Plano Regional Anual para o ano de 2024”

Na sequência do solicitado no ofício em referência, informo V. Exa. que este Conselho de Ilha entendeu não emitir novo parecer considerando que face à Anteproposta sobre a qual já emitimos parecer, a presente Proposta de Decreto Legislativo Regional Nº. 2/XIII – “Orientações de Médio Prazo 2024 – 2028” e Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 3/XIII - “Plano Regional Anual para o ano de 2024”, não têm, relativamente à ilha do Faial, alterações que o justifiquem.

Assim, entende o Conselho de Ilha do Faial, remeter para a apreciação já feita no suprarreferido parecer, reforçando o mesmo.

Com os melhores cumprimentos,

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ILHA



Maria Teresa Fortuna de Faria Ribeiro Cándido



PARECER DO CONSELHO DE ILHA DO FAIAL

ANTEPROPOSTA DO PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2024

Por solicitação da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, o Conselho de Ilha do Faial (CIF), reunido a 12 de outubro de 2023, deliberou por unanimidade emitir o seguinte parecer sobre o documento em apreço.

O Plano Regional para 2024, o primeiro da XIII Legislatura, cuja anteproposta foi distribuída por todos os parceiros sociais, e sobre a qual os Conselheiros que compõem o Conselho de Ilha do Faial se debruçaram, enquadra-se nas Orientações de Médio Prazo 2024- 2028, no Programa do XIV Governo Regional dos Açores e no Acordo de Parceira Estratégica 2023/2028 “Rendimento, Sustentabilidade e Crescimento” e assenta ainda no pressuposto da imperiosa execução dos investimentos do Plano de Recuperação e Resiliência a realizar na Região Autónoma dos Açores e na execução do Programa Açores 2030 e nas potencialidades do Programa Operacional Açores 2030 num ano que será marcado pela efetiva transição entre os Quadros Financeiros Plurianuais da União de 2014-2020 e de 2021-2027.

O Plano Regional para 2024 prevê uma dotação de 739,7 milhões de euros, para a totalidade das nove ilhas, de investimento direto do Governo Regional, num total de 901,1 milhões de euros de investimentos público (164,4 milhões de euros de outros fundos) e estrutura-se em 11 programas.

Deste total, destaca-se positivamente as verbas inscritas na ilha do Faial que ascendem a 79.052.157 euros o que se traduz num diferencial de mais 1 658 449 euros relativamente à Proposta de Plano Anual Regional 2024, apresentada em outubro de 2023, resultado da redução de verba não desagregada.

A taxa de verba executada no Faial no ano de 2022 foi de 22%, valor inferior aos anos anteriores, desconhecendo-se ainda nesta data a taxa de execução do ano de 2023.

Porém, a anteproposta em apreço ocorre a meio do ano económico de 2024 pelo que é já observável a execução do Plano que está em curso e sobre o qual este CIF deu parecer favorável em outubro de 2023.



Assim, na esteira do parecer emitido em outubro de 2023, e que se mantém, o CIF considera que é necessário continuar a pugnar pelo incremento das taxas de execução, desafiando mesmo o Governo Regional a que opte por um cálculo da execução que inclua a execução desagregada por ilha.

À semelhança de anos transatos destaca-se aqueles que são os investimentos relevantes para a ilha do Faial incluídos na presente anteproposta bem como os investimentos que não estando incluídos merecem a nossa referência para inclusão futura dada a pertinência dos mesmos.

Importa registar favoravelmente embora de forma genérica o pendor social que recai novamente sobre a atual anteproposta reforçando aquelas que têm sido as medidas, maioritariamente sociais, vocacionadas para as famílias.

Relativamente aos 11 programas com base nos quais esta anteproposta se organiza destaca-se a inscrição de verbas em alguns investimentos há muito aspirados pelos faialenses e que permitirão a sua concretização:

- Programa 6 referente à promoção de saúde e economia social, destinados a equipamentos de apoio à família, comunidade e serviços que permitirão a construção, beneficiação, ampliação de várias infraestruturas no âmbito da necessidade de respostas sociais na ilha, como sejam a 2ª fase do Centro Intergeracional da Feteira, o Centro de Convívio da Casa do Povo de Castelo Branco, o Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial e o Centro de Alojamento Temporário da Santa Casa da Misericórdia da Horta e o Centro de Dia da Conceição, bem como ao reforço de verba para o desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores;
- Programa 8 referente à Economia do Mar/Cluster do Mar dos Açores - Execução dos projetos relativos à construção e equipamento do novo navio de investigação e à construção do centro experimental de investigação e desenvolvimento ligado ao mar (Tecnpolo-Martec), no âmbito do PRR;

CONSELHO DE ILHA DO FAIAL

- Programa 9 referente ao Desenvolvimento turístico, mobilidade e infraestruturas para o qual contribuem os investimentos na concretização da 2ª fase à Variante à cidade da Horta no âmbito do PRR, a intervenção da Escola Secundária Manuel de Arriaga, a empreitada de beneficiação do Hospital da Horta, o investimento do Edifício de apoio à marina e a manutenção dos Contratos ARAAL a celebrar com as autarquias, no âmbito das competências da SRTMI, com a Câmara Municipal da Horta para a comparticipação do projeto de ampliação da pista do aeroporto e comparticipação da obra frente de mar. Reconhece-se o facto de, perante a ausência de propostas para a empreitada de construção do novo edifício da Marina Norte, o Governo Regional ter novamente reforçado o montante da comparticipação financeira da responsabilidade da Região Autónoma dos Açores em 420.000 euros.

Destaca-se ainda a atenção dada à inscrição de verba necessária à devida conclusão dos projetos em curso no âmbito dos prejuízos causados pela passagem do furacão Lorenzo.

De entre os investimentos que mereceram deste Conselho de Ilha uma referência pela sua ausência, sugerimos a devida ponderação para inclusão e execução dos mesmos no atual Plano ou em futuros Planos, designadamente, as reduzidas verbas inscritas para a beneficiação e pavimentação das estradas regionais de onde ressalta a imperiosa necessidade de repavimentação da ER 1-1a, Km 4,700 a 13,00 - Lombega/Horta e da reabilitação ER 2-2a entre o Ramal da Caldeira e a Ribeira Funda; o reordenamento do Porto Comercial da Horta; os investimentos nas infraestruturas da Marina da Horta, investimento na dragagem do saco do Porto da Horta para melhoria da sua operacionalidade; aquisição de um pórtico para alagem das embarcações pela necessidade de garantir maior segurança nas operações de varagem daquelas; a execução da empreitada da 2ª Fase da Requalificação da Escola Básica e Integrada da Horta; a nova sede da Inspeção Regional das Pescas; a reabilitação do Solar e Ermida da Quinta de São Lourenço e pavilhão multiusos e a recuperação e requalificação do Castelo de São Sebastião, Reduto da Patrulha e áreas envolventes da Baía de Porto Pim.

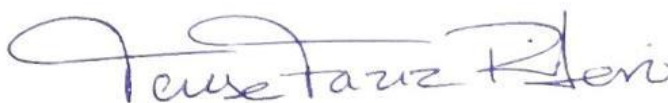
Os Conselheiros do CIF alertam ainda para a necessidade de, na reestruturação da frota da Atânticoline, S.A., nomeadamente no que diz respeito à aquisição de barcos elétricos previstos no documento em apreço, não serem prejudicados os atuais fluxos existentes.

CONSELHO DE ILHA DO FAIAL

Por último foi decisão unânime dos Conselheiros deste Conselho de Ilha solicitar ao Governo Regional a disponibilidade para a marcação de uma reunião com o objetivo de transmitir aquelas que são as preocupações da ilha na oferta de serviços públicos essenciais e de investimento.

Horta, 23 de abril de 2024

A Presidente do Conselho de Ilha do Faial



Maria Teresa Fortuna de Faria Ribeiro Cândido